



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### **PROCESSO: TC – 04.403/14**

*Administração Direta. **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL** do **PREFEITO MUNICIPAL de BORBOREMA**, relativa ao **exercício de 2013**. **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação das contas. Prolatar **ACÓRDÃO** para **JULGAR REGULAR COM RESSALVAS** as contas de gestão de 2013. Declarar o **ATENDIMENTO PARCIAL** às exigências da Lei da Responsabilidade Fiscal. Aplicação de multa. Determinação e recomendações.*

### **PARECER PPL – TC -00077/15**

### **RELATÓRIO**

1. Os autos do **PROCESSO TC-04.403/14** correspondentes à **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO MUNICÍPIO DE BORBOREMA, exercício de 2013**, de responsabilidade da Prefeita Sra. MARIA PAULA GOMES PEREIRA, foram analisados pelo **Órgão de Instrução deste Tribunal**, que emitiu o relatório de fls. 174/259, com as colocações e observações a seguir **resumidas**:
  1. Apresentação da Prestação de Contas no prazo legal, em conformidade com a **RN TC-03/10**.
  2. A **Lei Orçamentária Anual** estimou a **receita** e fixou a **despesa** em **R\$11.884.000,00**, e autorizou a abertura de **créditos adicionais suplementares** em **60%** da despesa fixada.
  3. **Créditos adicionais** abertos e utilizados com autorização legislativa.
  4. **Repasse ao Poder Legislativo** representando **6,99%** da receita tributária do exercício anterior.
  5. **DESPESAS CONDICIONADAS**:
    - 1.5.1. **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)**: **33,36%** das receitas de impostos mais transferências;
    - 1.5.2. **Ações e Serviços Públicos de Saúde (SAÚDE)**: **15,03%** das receitas de impostos mais transferências;
    - 1.5.3. **PESSOAL**: **53,52%** da Receita Corrente Líquida (RCL)<sup>1</sup>.
    - 1.5.4. **FUNDEB**: Foram aplicados **79,87%** dos recursos do FUNDEB na remuneração do magistério.
  6. Os gastos com **obras e serviços de engenharia**, no total de **R\$362.900,10**, correspondente a **3,35%** da DOTG.
  7. **Normalidade** no pagamento dos subsídios do Prefeito e do vice-Prefeito.
  8. Quanto à **gestão fiscal**, a **Auditoria** destacou:
    - 1.8.1. Déficit na execução orçamentária, no montante de **R\$ 307.869,82**;
    - 1.8.2. Déficit financeiro, no montante de **R\$ 501.915,71**;

<sup>1</sup> As despesas de pessoal do Poder Executivo representaram **50,03%** da RCL.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

9. Quanto aos demais aspectos examinados da **gestão geral**, foram constatadas, a título de **irregularidades**, as seguintes ocorrências:
  - 1.9.1. Ausência de transparência em operação contábil;
  - 1.9.2. Não apresentação, durante inspeção in loco, dos procedimentos licitatórios realizados;
  - 1.9.3. Não preservação do Patrimônio Público;
  - 1.9.4. Não empenhamento e não recolhimento da contribuição previdenciária do empregador à instituição de Previdência (**R\$ 112.429,51**);
  - 1.9.5. Ausência ou deficiência dos registros analíticos de bens de caráter permanente;
  - 1.9.6. Não construção de aterro sanitário municipal.
2. **Citada**, a autoridade responsável apresentou **defesa**, analisada pela **Auditoria** (fls. 242/250) que **concluiu**:
  - 2.1. **Sanadas as falhas** relativas aos procedimentos licitatórios não apresentados e à ausência ou deficiência dos registros analíticos de bens de caráter permanente;
  - 2.2. **Reduzida** para **R\$ 41.040,19** a irregularidade referente ao não empenhamento e não pagamento de contribuições previdenciárias do empregador ao INSS;
  - 2.3. **Remanesceram** as demais **falhas**.
3. Os autos foram encaminhados ao exame do **Ministério Público junto ao Tribunal** de onde retornaram com o Parecer do Procurador Luciano Andrade Farias (fls. 617/633), no qual opinou pela:
  1. Emissão de parecer contrário à aprovação das contas em exame;
  2. Declaração de não atendimento às exigências da LRF;
  3. Aplicação de multa ao gestor, com fundamento no art. 56, II da LOTCE;
  4. Representação à Receita Federal do Brasil acerca do não recolhimento de contribuições previdenciárias;
  5. Recomendação à Prefeitura Municipal de Borborema no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das normas infraconstitucionais e ao que determina esta Egrégia Corte de Contas em suas decisões, e, em especial, para evitar a reincidências das falhas constatadas no exercício em análise.
4. O processo foi agendado para a sessão, **efetuadas as comunicações de estilo**. É o relatório.

### **VOTO DO RELATOR**

Quanto à análise da **gestão fiscal**, observou-se a ocorrência de **déficits** na **execução orçamentária (R\$ 307.869,82)** e na **execução financeira (R\$ 501.915,71)**, contrariando as disposições da **Lei de Responsabilidade Fiscal**.

Quanto aos demais aspectos da **gestão geral**, foram constatados **equivocos** nos **registros contábeis da receita tributária**, havendo divergências entre os dados constantes dos demonstrativos contábeis e aqueles registrados no **SAGRES**. Sobre a matéria, concordo com o **Representante do Parquet**, no sentido de que imprecisões dos registros contábeis devem ser combatidas, pois reduzem a confiabilidade dos demonstrativos e dificultam a atividade fiscalizatória. Assim, a **falha** deve ser punida com **aplicação de multa**, nos termos do **art. 56, II da LOTCE**.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

No tocante a **não preservação do patrimônio público**, a **Auditoria** constatou a existência de **dois prédios públicos** em desuso e ocupados por famílias. Em que pese a alegação da **defesa** de que os dois prédios serão desocupados pela entrega de unidades habitacionais, de fato verifica-se descaso com os bens municipais. Por esta **falha**, cabe a **aplicação de multa**, com fundamento no **art. 56, II da LOTCE**.

Quanto às **contribuições previdenciárias não empenhadas e não pagas no exercício**, o valor apontado pela **Auditoria** foi de **R\$ 41.040,19**, correspondente à GPS constante dos autos. Entretanto, a consulta do **SAGRES** informa o **pagamento**, em **janeiro de 2014**, do montante de **R\$ 82.371,21**, referente à **competência de 12/2013**. Tendo em vista a **diminuta quantia envolvida**, entendo ser razoável **desconsiderar a falha** para efeito de **emissão de parecer prévio**, embora fundamente a **aplicação da multa** prevista no **art. 56, II da LOTCE**.

Por fim, a **construção de aterro sanitário** pelos municípios é imperativo decorrente da **Lei nº 12.305/10**. Entretanto, como salienta o **parecer ministerial**, a lei determina, em seu **art. 54**, que a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada em até **04 anos** após a publicação da lei, ou seja, até **02/08/14**. No caso de Borborema, ainda seguindo o raciocínio ministerial, houve a **adesão**, em **06/13**, a um consórcio intermunicipal (**CONSIRES**), cuja presidência coube à Prefeita de Alagoinha. Por todas essas circunstâncias, entendo ser suficiente que sejam feitas as **recomendações** de integral cumprimento da legislação em vigor, mas sem a aplicação de penalidade pecuniária.

Por todo o exposto, o **Relator vota** pela:

1. Emissão de PARECER FAVORÁVEL à aprovação das contas em exame, de responsabilidade da Sra. MARIA PAULA GOMES PEREIRA;
2. JULGAR REGULAR COM RESSALVAS as contas de gestão de 2013, de responsabilidade do Sra. MARIA PAULA GOMES PEREIRA;
3. Declaração de ATENDIMENTO PARCIAL às exigências da LRF;
4. APLICAÇÃO DE MULTA à Sra. MARIA PAULA GOMES PEREIRA, no valor de **R\$2.000,00** (dois mil reais), com fundamento no art. 56, II da LOTCE;
5. RECOMENDAÇÃO à Prefeitura Municipal de Borborema no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das normas infraconstitucionais e ao que determina esta Egrégia Corte de Contas em suas decisões, e, em especial, para evitar a reincidências das falhas constatadas no exercício em análise.

É o voto.

### **PARECER DO TRIBUNAL**

***Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC-04.403/14, os MEMBROS do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade, na sessão realizada nesta data, DECIDEM:***

1. ***Emitir PARECER FAVORÁVEL à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Borborema, referentes ao exercício de 2013, de responsabilidade do Sra. MARIA PAULA GOMES PEREIRA;***



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### **II. Prolatar ACÓRDÃO para:**

- 1. JULGAR REGULAR COM RESSALVAS as contas de gestão de 2013 da Prefeita Sra. MARIA PAULA GOMES PEREIRA;**
- 2. Declarar o ATENDIMENTO PARCIAL às exigências da LRF;**
- 3. APLICAR MULTA à Sra. MARIA PAULA GOMES PEREIRA, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), correspondentes a 47,63 UFR, com fundamento no art. 56, II da LOTCE, assinando-lhe o prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação do presente Acórdão, para efetuar o recolhimento ao Tesouro Estadual, à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, a que alude o art. 269 da Constituição do Estado, a importância relativa à multa, cabendo ação a ser impetrada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em caso do não recolhimento voluntário devendo-se dar a intervenção do Ministério Público Comum, na hipótese de omissão da PGE, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Estadual;**
- 4. RECOMENDAR à Prefeitura Municipal de Borborema no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das normas infraconstitucionais e ao que determina esta Egrégia Corte de Contas em suas decisões, e, em especial, para evitar a reincidências das falhas constatadas no exercício em análise.**

*Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.  
Sala das Sessões do Tribunal Pleno do TCE/PB - Plenário Ministro João Agripino.  
João Pessoa, 02 de setembro de 2015.*

---

*Conselheiro Arthur Paredes da Cunha Lima – Presidente*

---

*Conselheiro Nominando Diniz – Relator*

---

*Conselheiro Arnóbio Alves Viana*

---

*Conselheiro Fernando Rodrigues Catão*

---

*Conselheiro André Carlo Torres Pontes*

---

*Conselheiro Substituto Marcos Antônio da Costa*

---

*Elvira Samara Pereira de Oliveira  
Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal*

Em 2 de Setembro de 2015



**Cons. Arthur Paredes Cunha Lima**  
PRESIDENTE



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
RELATOR



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**  
CONSELHEIRO



**Cons. Arnóbio Alves Viana**  
CONSELHEIRO



**Cons. André Carlo Torres Pontes**  
CONSELHEIRO



**Cons. Subst. Marcos Antonio da Costa**  
CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO



**Elvira Samara Pereira de Oliveira**  
PROCURADOR(A) GERAL